

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO
ESPECIAL Nº 1.458.297 - SP (2019/0055299-7)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : JOAO LUIZ DE SIQUEIRA
ADVOGADO : JANSEN CALSA E OUTRO(S) - SP351172
EMBARGADO : BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS E OUTRO(S) -
SP023134
DANIEL DE SOUZA - SP150587
DENISE LEONARDI DOS REIS - SP266766
LUCIANA SCARMATO JORGE - SP182002

EMENTA

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. SÚMULA 315/STJ. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA INDEFERIDOS.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de divergência opostos por JOAO LUIZ DE SIQUEIRA em face de acórdão no qual a Quarta Turma deste STJ, em sede de agravo interno, confirmou a decisão que não conheceu do agravo em recurso especial interposto pela embargante. O acórdão embargado foi assim ementado:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ART. 932, III, DO CPC DE 2.015. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA.

1. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo em recurso especial, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo.

2. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstando na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 932, III, do CPC de 2.015 e art. 253, I, do RISTJ, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado.

3. Esta Corte, ao interpretar o previsto no art. 932, parágrafo único, do CPC/2015 (o qual traz disposição similar ao § 3º do art. 1.029 do do mesmo

Superior Tribunal de Justiça

Código de Ritos), firmou o entendimento de que este dispositivo só se aplica para os casos de regularização de vício estritamente formal, não se prestando para complementar a fundamentação de recurso já interposto.

4. Agravo interno não provido.

O embargante sustenta, em síntese, a existência de dissídio jurisprudencial com o REsp 1.119.782/PR e a Súmula 479/STJ.

É o relatório.

Decido.

Os embargos de divergência não merecem ser admitidos, pois, nos termos da Súmula 315 deste STJ, "*não cabem embargos de divergência no âmbito do agravo de instrumento que não admite recurso especial*".

Na hipótese dos autos, a Quarta Turma do STJ, ao negar provimento ao agravo interno, manteve a decisão monocrática que não conheceu do agravo em recurso especial, tendo em vista a ausência de impugnação específica a todos os fundamentos da decisão recorrida.

Ou seja, não tendo sido ultrapassado o juízo de admissibilidade da irresignação, não houve a formulação de qualquer juízo acerca do mérito do recurso especial, apenas confirmando-se a decisão do Tribunal de origem que inadmitiu o apelo.

Assim, mantida a inadmissão do recurso especial interposto pelo embargante, os embargos de divergência são manifestamente incabíveis.

Ressalto, finalmente, que a Súmula 315/STJ tem plena aplicação ao agravo nos próprios autos, que, com a Lei 12.322/10, substituiu o agravo de instrumento.

Ante o exposto, com fundamento no art. 266-C, do Regimento Interno desta Corte, indefiro os embargos de divergência.

A apresentação de novos incidentes manifestamente infundados ou protelatórios será reputada litigância de má-fé.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

